

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA**

PROPOSTA PEDAGÓGICA ESCOLA CLASSE 11 DE CEILÂNDIA

(2018-2021)

Ceilândia, junho de 2019.

Suzana Marília Braga Ferraz

(Diretor)

Nadja Nara Rodrigues da Silva

(Vice-Diretor)

Comissão Organizadora:

Nome	Representante
Suzana Marília B. Ferraz	Direção
Nadja Nara R. da Silva	Vice direção
Alessandro Lima Brito	Chefe secretaria
Alan de Freitas Silva	Supervisor Adm.
Cristiane V. Silva Nunes	Coordenação
Sonia Regina F. Alencar	Coordenação

Conselho Escolar:

Maria Antonina Batista de Moraes Segmento carreira magistério (Presidente)

Maria Betânia Lima Caldas Segmento carreira assistência (Secretária)

Rosineide Maria da Conceição (Segmento pais)

Sumário

APRESENTAÇÃO	
2- HISTORICO	
3. DIAGNOSTICO DA REALIDADE.....	
CURRICULO EM MOVIMENTO	12
DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....	12
1º CICLO DE APRENDIZAGEM – EDUCAÇÃO INFANTIL	13
2º CICLO DE APRENDIZAGEM- ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	14
EDUCAÇÃO ESPECIAL	14
1. Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação	15
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	15
SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO A APRENDIZAGEM.....	19
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/ SALA DE RECURSOS	19
Aspectos Administrativos:	22
Aspectos Financeiros	23
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	25
AVALIAÇÃO DO PROJETO POLITICO-PEDAGOGICO.....	28
IX - REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	

APRESENTAÇÃO

A presente Proposta Pedagógica visa sistematizar anseios, práticas já existentes, projetos diversos que até então, estavam sendo trabalhados, porém sem constar em documento da instituição. Partimos de uma avaliação realizada no segundo semestre de 2012 e dia 20/03/2013 na busca de uma escola que queremos, por seus vários segmentos: pais, auxiliares em educação, educadores; sujeitos históricos, que na busca por uma educação de qualidade, não tem exitado às chamadas que lhes foram feitas para a conquista dessa meta.

Segundo Rousseau: "A prática não subsiste sem liberdade, nem a liberdade sem a virtude, nem a virtude sem os cidadãos (.). Ora, formar cidadãos não é questão de dias: e para tê-los adultos é preciso educá-los desde criança".

A organização desse projeto pressupõe trabalhar baseado na proposta do Currículo em Movimento nos eixos estruturantes do currículo, tais como:

- Cidadania,
- Sustentabilidade humana,
- Diversidade,
- Educação das relações étnico-raciais,
- Educação do campo,
- Educação em gênero e sexualidade e direitos humanos.

Para sistematização da participação dos pais enviamos questionários que foram tabulados e apresentados nesse trabalho em forma de gráficos. Observamos as concepções de nossos educadores para então nortearmos que linha de trabalho essa Instituição tem construído.

Quanto aos objetivos, metas e ações aqui explicitadas demonstrarão o desejo que temos em promovermos uma escola dinâmica, capaz de favorecer o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos nossos educandos. Sem perder de vista a nova proposta da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal — SEEDF, que trabalha a Gestão Compartilhada, onde os vários segmentos: Conselho Escolar, Direção, Docentes e Auxiliares têm o compromisso de garantir a efetivação da Proposta Pedagógica, na Instituição Educacional, que assuma o desenvolvimento de uma nova proposta do currículo em movimento que fundamentarão o fazer didático e pedagógico no cotidiano da escola tendo como princípios a formação continuada, reagrupamento, projeto interventivo, avaliação formativa, diagnóstica e processual e o processo de ensino aprendizagem organizado a partir das áreas do conhecimento.

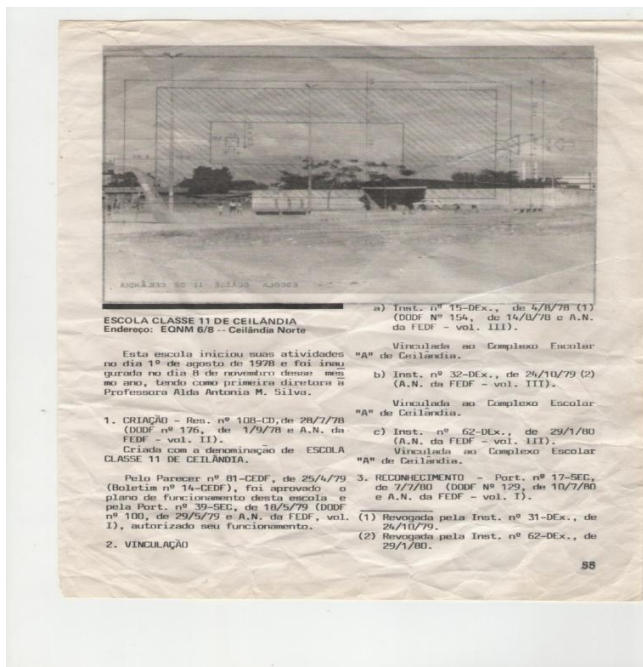
Este é o início de um trabalho coletivo, inacabado e sujeito a avaliação periodicamente e que pretende unicamente, nortear as práticas dessa Instituição de Ensino.

Nossa escola tem por missão a constante melhoria das condições educacionais, buscando uma educação de qualidade, levando os alunos a terem atitudes construtivas, criativas e críticas. Entenderem e serem capazes de exercitar plenamente a cidadania, favorecendo um desenvolvimento global e harmonioso, considerando os aspectos psicológicos, cognitivos e socioculturais, dentro de um processo de socialização e interação num ambiente de responsabilização social e individual, participativo, inovador e de respeito ao próximo.

2- HISTÓRICO

Fez-se necessário conhecermos parte da história de nossa escola, essencialmente no que diz respeito a sua estrutura.

Reconstruir essa história nos possibilitou propor mudanças, reformas e novas estruturas para o melhor aproveitamento por parte dos educandos.



A Escola Classe 11 de Ceilândia é vinculada à Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia integrante da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal, localizada na EQNM 06/08 Área Especial - Ceilândia /DF. Foi inaugurada no dia 08 de novembro de 1978 pelo governador Elmo Serejo Farias e pelo secretário Emb. Wladimir do A. Murtinho, sendo a primeira Diretora a Senhora Alda Antônia M. Silva.

Observemos o quadro abaixo com seus Diretores desde sua inauguração.

DIRETOR (A)	PERIODO
ALDA ANTONIA M. SILVA.	08.11.1978 a 25.02.1980
ESTER LOPES ROLIM	26.02.1980 A 20.02.1983
MARIZETE LEAL LACERDA DA SILVA	23.02.1983 A 24.02.1984
ANTÔNIA LOPES MONTEIRO / ILMA DE AZEVEDO	25.02.1985 A.19.12.1985
ILMA DE AZEVEDO /MARIA DO AMPARO CARVALHO BRITO	24.02.1986 A 17.12.1986
DERENICE DE JESUS BORGES CORDEIRO	11.02.1987 A 19.12.1998
TATIANA GARCIA DO NASCIMENTO	01.01.1.999 A 23.12.1.999
SÉRGIO DA SILVA SEVERINO/ WILSON CARLOS PEREIRA COSTA	10.02.2000 A 31.12.2005
WILSON CARLOS PEREIRA COSTA	20.02.2006 A 18.12.2007
JÃO PLÁCIDO DA SILVA	11.02.2008 A 09.09.2012
SUZANA MARÍLIA BRAGA FERRAZ	10.09.2012 ATÉ A PRESENTE DATA

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

O objetivo principal é o engajamento da própria comunidade escolar na luta pela melhoria da qualidade da escola.

Permitir que os participantes da comunidade avaliem a escola, identificando seus pontos fortes e fracos.

Nas avaliações institucionais realizadas a cada semestre norteiam as atividades e o trabalho qualitativo que favoreçam o educando e seus familiares, incluem-se: direção, coordenação, atividades extra classes, cantina, sala de recursos, conselho escolar, na busca de uma qualidade educacional.

Feita a avaliação, a equipe priorizou as ações que levariam à melhoria da qualidade da escola, de acordo com suas próprias necessidades e desejos.

II-FUNÇÃO SOCIAL

Diante das mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas no mundo, a educação, mais do que nunca, deve ser uma prioridade real no desenvolvimento de pessoas e da sociedade. Nessa perspectiva, o processo educativo, respeitando a inter-relação da instituição educacional com a ampla rede de instituições sociais que a circunda, ocorre vinculado à cultura, ao trabalho, à família, à construção das identidades e a inúmeros outros tempos e espaços de socialização. A instituição educacional surge, nesse contexto, como espaço no qual parte da população tem acesso ao mundo do conhecimento organizado, como espaço de reflexão-ação-reflexão e de transformação social. Sua atuação dinâmica e contínua na construção e na reconstrução dos conhecimentos articula o processo natural de desenvolvimento das pessoas e do seu meio.

Dessa forma, pressupõe-se uma instituição educacional com referencial, que esteja institucionalmente articulada e que seja conduzida por profissionais comprometidos com o crescimento humano, científico, filosófico, tecnológico e cultural. Para que a instituição educacional promova tanto a progressão humana quanto a aprendizagem dos alunos, necessário se faz implementar projetos de educação comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao indivíduo intervir na realidade para transformá-la.

A instituição educacional deve proporcionar a diversificação e a apropriação dos seus conteúdos, visando ao desenvolvimento de competências pelos alunos para que, cada vez mais, compreendam e atuem no mundo em que vivem. Assim, a construção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças entre os alunos e que, ao mesmo tempo, considerem essas diferenças como elementos ricos de trabalho promovendo uma constante interação entre os pares, é um princípio

Para atendimento desse princípio fundamental, o Art. 22 da Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – estabelece que "a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". É necessário, pois, que a instituição educacional ressignifique seu trabalho e sua ação pedagógica, nas etapas e nas modalidades da Educação Básica, tendo como foco sua função social de formar o cidadão, isto é, propiciar ao aluno a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, criativo, ético e participativo promovendo uma constante interação entre os pares.

Para atendimento desse princípio fundamental, o Art. 22 da Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – estabelece que "a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação

comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". É necessário, pois, que a instituição educacional ressignifique seu trabalho e sua ação pedagógica, nas etapas e nas modalidades da Educação Básica, tendo como foco sua função social de formar o cidadão, isto é, propiciar ao aluno a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, criativo, ético e participativo.

PRINCÍPIOS

A política educacional do Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação se firma no compromisso de ter o aluno valorizado em seus interesses e como consequência um currículo em movimento que respeite suas experiências acrescentando novas aprendizagens significativas e contextualizadas.

A escola que queremos tem importante papel na formação do cidadão e no desenvolvimento do país e para exercer a sua função social — garantindo a todos condições de viver plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos — precisa ser consciente de suas responsabilidades em propiciar a todos os seus alunos o sucesso escolar, acompanhamento à evolução moderna.

Face ao Currículo de Educação Básica nas escolas públicas do Distrito Federal é necessário que a escola reflita acerca de sua organização, que seja aberta integralmente para todos aqueles que a procuram, que desenvolva um diálogo fecundo com todos os segmentos e que perceba o aluno como sujeito social, levando-o a aprofundar seus conhecimentos, melhor instrumentando-o, favorecendo para sua inclusão no contexto das relações sociais.

A escola tem como alicerce sua proposta baseada no Currículo em Movimento da Educação Básica, Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico Prof.º Carlos Mota da SEDFe nos quais as aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências é o centro de todo o esforço educacional. Tais princípios são:

- Princípios Pedagógicos — práticas pedagógicas com os avanços sociais e tecnológicos;
- Princípio Ético — valores de solidariedade, respeito mútuo, justiça...
- Princípios Políticos Educacionais — prática democrática, exercício pleno da cidadania, atendimento à diversidade e

a inclusão.

- Princípios da Educação Integral – Integralidade, Intersetorialização, Transversalidade, Diálogo escola e comunidade, Territorialidade e Trabalho em rede.

- Princípios Epistemológicos: Unicidade entre teoria e prática, Interdisciplinaridade e contextualização e Flexibilização.

OBJETIVOS

Dimensão	OBJETIVOS
Gestão Pedagógica	Construção coletiva do Projeto Político Pedagógico envolvendo todos os segmentos da escola.
Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	Reorganizar o tempo/ espaço com vistas ao pleno desenvolvimento da criança e sua efetiva alfabetização/ letramento.
Gestão Participativa	Perceber o espaço escolar como ambiente de trabalho cooperativo e de equipe, responsabilizando-se pela organização da vida coletiva e pela construção de novos conhecimentos.
Gestão de Pessoas	Valorizar a formação continuada dos profissionais da educação.
Gestão Financeira	Administrar e otimizar os recursos oriundos do PDAF e PDDE juntamente com a participação de toda comunidade escolar.
Gestão Administrativa	Implantar uma administração voltada para a cultura da excelência, garantindo o bom desempenho das funções.

1. Metas

PDE Nº meta	Nº	META S	2018	2019	2020	2021
05		Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.	X	x	x	x
07		Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB, dando uniformidade ao processo de avaliação da escola.	X	x	x	x

V- CONCEPÇÕES TEÓRICAS/ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

CURRÍCULO EM MOVIMENTO

[...] o currículo corporifica os nexos entre saber, poder e identidade.

(SILVA, 2003)

Historicamente, o conceito de currículo expressa ideias como conjunto de disciplinas/matérias, relação de atividades a serem desenvolvidas pela escola, resultados pretendidos de aprendizagem, relação de conteúdos claramente delimitados e separados entre si, com períodos de tempo rigidamente fixados e conteúdos selecionados para satisfazer alguns critérios avaliativos. Nessas representações os programas escolares e o trabalho escolar como um todo são tratados sem amplitude, desprovidos de significados, e as questões relacionadas à função social da escola são deixadas em plano secundário, transformando o currículo num objeto que se esgota em si mesmo, como algo dado e não como um processo de construção social no qual se possa intervir. Outro ponto importantíssimo é o conhecimento na perspectiva histórico cultural onde a aprendizagem é construída na interação sujeito-objeto a partir das ações socialmente mediadas. As funções psicológicas originárias da interação homem-mundo-cultura são formadas a partir de um relacionamento entre os fatores biológicos e culturais e é evidenciado em um processo de internalização como um processo de transformação, de modificação da compreensão individual.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Os Ciclos de Aprendizagem são uma organização do tempo e espaço escolar, tendo em vista o atendimento aos diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes, considerando a lógica do processo, a utilização de pedagogias diferenciadas sustentadas no trabalho coletivo, na avaliação diagnóstica, formativa e processual que garantam as aprendizagens e a progressão de todos os estudantes matriculados nas unidades escolares. Os Ciclos de Aprendizagem serão implantados até o 9º ano do Ensino Fundamental, na rede pública de ensino do Distrito Federal. Em 2013, houve ampliação até o 5º ano do Ensino Fundamental, configurando o 2º Ciclo de Aprendizagem onde esta instituição de ensino optou pela implantação. Na fase final do Ensino Fundamental foi implantado um projeto piloto visando a constituição do 3º Ciclo de Aprendizagem.,a formação continuada terá o papel de pensar o currículo de forma integrada e interdisciplinar, visando superar a fragmentação dos componentes curriculares na perspectiva do desenvolvimento de propostas pedagógicas que avancem na direção de um trabalho colaborativo, em que os professores do ensino fundamental realizem o planejamento coletivamente, tendo como foco as aprendizagens dos estudantes. A formação continuada se deu também dentro da instituição de ensino com a formação dos profissionais com o Curso EAPE NA ESCOLA.

1º CICLO DE APRENDIZAGEM – EDUCAÇÃO INFANTIL

O ciclo de aprendizagem é uma possibilidade de organização pedagógica que pode melhor atender às diferentes necessidades dos diferentes estudantes. Isto porque alguns (ou muitos) necessitam de mais tempo e de metodologias diversificadas para alcançar as aprendizagens propostas. Cabe salientar que os ciclos de aprendizagem não adotam a progressão automática, mas sim a progressão continuada. A progressão continuada permite que o estudante tenha tempo maior do que o determinado pelo ano letivo para aprender. Na Educação Infantil, a inexistência da reprovação e de uma avaliação meritocrática facilita a adoção dos ciclos. Pelo Artigo 31 da LDB/1996, na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (grifo nosso).

A Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, delibera em seu artigo 9º: As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira. Assim sendo, a SEDF adota como eixo integrador da Educação Infantil a junção de elementos basilares do trabalho educativo com os bebês e crianças pequenas: Educar e cuidar, brincar e interagir. Este eixo deve nortear a organização das experiências de aprendizagens em nossas instituições educacionais. O eixo integrador específico da Educação Infantil - Educar e cuidar, brincar e interagir - precisa ser considerado juntamente com os eixos gerais do Currículo da Educação Básica da SEDF: diversidade, sustentabilidade humana, cidadania e aprendizagens.

Segundo Barbosa (2009), desde muito pequenas, as crianças fazem atividades na vida cotidiana, ensinadas por suas famílias: são saberes, conhecimentos, hábitos e valores. Esse conjunto de atividades molda um modo de ser, de fazer e de estar de seu grupo social. O ingresso nas práticas da vida social é uma tarefa das famílias e das escolas. Na Educação Infantil, as crianças irão reproduzir e apropriar-se de atividades semelhantes às que vivenciam em suas famílias, tais como comer, brincar, fazer a higiene.

Essas práticas sociais são conteúdos centrais na Educação Infantil, porque, por meio delas, as aprendizagens são realizadas e o bem-estar é garantido. O cuidado com o corpo também é um conteúdo educacional, associado à cultura e às relações sociais.

Desse modo, práticas sociais que envolvem conhecimentos profundamente interdisciplinares como alimentação, aprendizagem das diferentes linguagens, brincadeiras, relações sociais, higiene e controle corporal, movimento, repouso e descanso, cultura popular, recepção e despedida das crianças necessitam ser problematizadas e orientadas a partir de “outra” pedagogia (BARBOSA, 2009: 82).

2º CICLO DE APRENDIZAGEM

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Em 2013, o 2º Ciclo de Aprendizagem foi ampliado até o 5º ano do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal. Organizar o Ciclo de Aprendizagem nas Unidades Escolares, do 1º ao 5º ano, remete também a se pensar no trabalho pedagógico, sustentado na ação coletiva, com a finalidade de que todos aprendam.

Este Ciclo de Aprendizagem é organizado em dois blocos: o 1º Bloco, constituído pelo atual Bloco Inicial de Alfabetização-BIA e o 2º Bloco, composto pelos atuais 4º e 5º anos.

Ao organizar o 2º Ciclo de Aprendizagem, nas Unidades Escolares, nos Blocos I e II, é importante considerar que a proposta de trabalho se mantém pautada nos eixos integradores da alfabetização, letramentos e ludicidade. As estratégias que fundamentarão o fazer didático- pedagógico no cotidiano da escola serão: avaliação formativa, diagnóstica e processual; trabalho diversificado; reagrupamento intra e interclasse; projeto interventivo; formação continuada e coordenação coletiva de trabalho pedagógico, conforme as Diretrizes Pedagógicas do BIA – 2012, entre outras ações didáticas e pedagógicas pensadas pelos profissionais da escola, com a finalidade de assegurar as aprendizagens de todos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem por finalidade proporcionar aos alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, recursos e atendimentos especializados que complementem ou suplementem o atendimento educacional realizado nas classes comuns do ensino regular, e, extraordinariamente, nas classes especiais do ensino regular e dos Centros de Ensino Especial.

Parágrafo único. O atendimento especializado de que trata este artigo assume caráter de complementaridade nos casos de alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento e de complementaridade nos casos de alunos com altas habilidades/superdotação.

A Educação Especial tem por objetivo

I - atendimento educacional, preferencialmente em classes comuns da Educação Básica nas diversas etapas e modalidades de ensino;

II - apoio à inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do atendimento educacional especializado em salas de recursos na própria instituição educacional ou por meio de professor itinerante em instituições educacionais que não tenham sala de recursos;

III - atendimento educacional em classes especiais no ensino comum, em caráter temporário e transitório, para os alunos que ainda não obtiveram indicação para inclusão;

IV - atendimento educacional em instituições especializadas de Educação Especial

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

1. Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação

A verificação do rendimento escolar compreende a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem que objetiva diagnosticar a situação de cada aluno nesse processo, bem como o trabalho realizado pelo professor. A avaliação é um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao professor definir critério para replanejar as atividades e criar novas situações que gerem avanços na aprendizagem do educando. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar o trabalho educativo. Os estudos contemporâneos nos remetem à ideia de que a avaliação é um processo interativo de ação e reflexão, entre educadores e educandos, seguido ou não de intencionalidade e que envolve juízo de valor. Nesse sentido, Joel Martins (apud Hoffman, 197) afirma:

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona as novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade e acompanhamento passo a passo do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento.

A avaliação, portanto, deve ser entendida como uma ferramenta a serviço da aprendizagem, cujo objetivo é a melhoria das práticas educativas e sua constante qualificação, possibilitando identificar problemas, encontrar soluções, corrigir rumos. Nessa proposta, a avaliação deve assumir um caráter inclusivo, capaz de infundir no aluno a confiança em si mesmo e estimulá-lo a avançar sempre. É oportuno lembrar a importância de se conhecer a cultura, os hábitos, as crenças, o falar e a visão de mundo dos alunos, para saber o que avaliar. Os padrões a serem atingidos não são absolutos, assim como o mundo e a própria vida não a são. Para tanto, a ação avaliativa deve ultrapassar os limites quantitativos e observar quatro dimensões: avaliação formativa, processual, contínua, cumulativa, abrangente, diagnóstica e interdisciplinar, como prevalência dos aspectos qualitativos sobre os fatores quantitativos do desempenho do aluno.

Quando for verificada a potencialidade do aluno, faz-se o avanço de estudos, observando seu progresso e condições de ajustamento a períodos mais adiantados. Segundo orientações do Manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

A frequência mínima é de 75% do total de horas letivas estabelecido para o ano letivo, para promoção, computados os exercícios domiciliares amparados por lei segundo orientações do manual da Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal.

A recuperação de objetivos de aprendizagem não alcançados, individual ou grupalmente, ocorre de forma paralela ao desenvolvimento curricular, por meio de atividades diversificadas, reforço, atendimento individual e outras estratégias oportunas em cada caso. Para os alunos do Bloco Inicial de Alfabetização do Ensino Fundamental (BIA) utiliza-se também a adoção de projetos interventivos e reagrupamentos.

No Ensino Fundamental, anos iniciais, BIA e nas Classes de Aceleração da Aprendizagem o resultado da avaliação do desenvolvimento das habilidades requeridas em cada série/etapa deverá ser registrado no Relatório de Desenvolvimento Individual do Aluno — RDIA, no qual constará o resultado final de seu desempenho escolar.

A intervenção nas dificuldades de aprendizagem deve ser imediata.

Vários mecanismos de avaliação devem ser utilizados de forma dirigida ou espontânea, dentre os quais: observação, relatórios, questionários, pesquisas, entrevistas, fichas de acompanhamento, auto avaliação, portfólio, apreciação, teste da psicogênese, entre outros.

"À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade da qual se originam seus alunos, sobre as necessidades dessa comunidade, sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser sentida como ela realmente é: de todos e para todos." (MEC, 2004)

2. Conselho de Classe

O conselho de classe planejado e executado na perspectiva da avaliação formativa é ao mesmo tempo espaço de planejamento, organização, avaliação e retomada do Projeto Político Pedagógico da escola. É desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor elementos e ações para serem articuladas pela escola.

Avaliação em Larga Escala

Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) é uma avaliação externa que objetiva avaliar os estudantes matriculados no ciclo de alfabetização da rede pública de ensino, gerando informações sobre níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa e alfabetização matemática dos estudantes, além de fornecer dados contextuais acerca das condições de oferta de ensino em cada unidade escolar.

Escola Classe 11 De Ceilândia

Leitura

Ano	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Alcançou a Meta	Não Alcançou a Meta
2013	11.64%	42.11%	32.54%	13.72%	88.37%	11.63%
2014	17.57%	44.59%	29.73%	8.11%	82.43%	17.57%

DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO INEP A PORCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE ALCANÇARAM A META EM LEITURA É IGUAL A SOMA DOS NÍVEIS 2, 3 E 4 PARA O ANO DE 2014 E A SOMA DOS NÍVEIS 3 E 4 PARA O ANO DE 2016.

Escrita

Ano	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Alcançou a Meta	Não Alcançou a Meta
2013	9.89%	30.94%	52.31%	5.05%	0.00%	57.36%	42.64%
2014	2.70%	9.46%	9.46%	78.38%	0.00%	87.84%	12.16%

Matemática

Ano	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Alcançou a Meta	Não Alcançou a Meta
2013	8.54%	40.50%	23.31%	27.66%	91.47%	8.53%
2014	20.83%	41.67%	16.67%	20.83%	79.17%	20.83%

DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PELO INEP A PORCENTAGEM DE ESTUDANTES QUE ALCANÇARAM A META EM MATEMÁTICA É IGUAL A SOMA DOS NÍVEIS 2, 3 E 4 PARA O ANO DE 2014 E A SOMA DOS NÍVEIS 3 E 4 PARA O ANO DE 2016.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Prova Brasil é uma avaliação censitária bianual envolvendo os alunos do 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental das escolas públicas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados. Seu objetivo principal é mensurar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas, produzindo informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática e fornecendo resultados para cada unidade escolar participante bem como para as redes de ensino em geral. Apresenta, ainda, indicadores contextuais sobre as condições extra e intraescolares em que ocorre o trabalho da escola. Os dados apresentados visam servir de subsídio para diagnóstico, reflexão e planejamento do trabalho pedagógico da escola, bem como para a formulação de ações e políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica.

Escola Classe 11 De Ceilândia

5º Ano
Língua Portuguesa
Nível 3 Proficiência: 189.43
Matemática
Nível 3 Proficiência: 199.55

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB, é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica.

Escola Classe 11 De Ceilândia

ANOS INICIAIS

Histórico

Ano	Meta Projetada DF	IDEB DF	Varição IDEB DF*
2005	0.0	4.5	
2007	4.5	4.8	▲ +0.3
2009	4.9	5.3	▲ +0.5
2011	5.2	5.4	▲ +0.1
2013	5.5	5.6	▲ +0.2

Ano	Meta Projetada DF	IDEB DF	Varição IDEB DF*
2015	5.7	5.6	=
2017	6.0	6.0	▲ +0.4

**VARIÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR.*

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1. Organização escolar: regime, tempo e espaços

Nossa escola está organizada em: Educação Infantil, 1º e 2º Ciclos. O ciclo de aprendizagem é uma possibilidade de organização pedagógica que pode melhor atender as diferenças. O tempo escolar é uma categoria fundamental na organização do trabalho pedagógico com ênfase na permanência com sucesso escolar dos estudantes. Atualmente convivemos com cinco horas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

2. Relação escola-comunidade

A relação escola-comunidade está intimamente ligada como a Gestão está sendo conduzida. Na nossa escola a participação dos pais se faz presente desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico onde a maioria participa conforme calendário anual proposto nos Dias Letivos Temáticos com a Comunidade Escolar, nos projetos: a Feira Literária, Festa Junina, PROERD.

3. Atuação de equipes especializadas e outros profissionais

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como ser integral.

Parágrafo único. A Orientação Educacional está sob a responsabilidade de profissional habilitado para a função na forma da lei.

São atribuições do Orientador Educacional:

I - planejar, implantar e implementar o Serviço de Orientação Educacional, incorporando-o ao processo educativo global, na perspectiva de Educação Inclusiva e da Educação para a Diversidade, com ações integradas às demais instâncias pedagógicas da instituição educacional;

II - participar do processo de conhecimento da comunidade escolar, identificando suas possibilidades concretas, seus interesses e necessidades;

III - participar do processo de elaboração, execução e acompanhamento da Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implantação e implementação das Orientações Curriculares em vigor na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;

IV - promover atividades pedagógicas orientadas para que os alunos da instituição educacional sejam orientados em sua formação acadêmica, profissional e pessoal, estimulando o desenvolvimento de suas habilidades, competências e responsabilidades;

V - auxiliar na sensibilização da comunidade escolar para educação inclusiva, favorecendo a sua implementação no contexto educativo;

VI - proporcionar reflexões com a comunidade escolar sobre a prática pedagógica, por meio de discussões quanto ao sistema de avaliação, questões de evasão, repetência, normas disciplinares e outros;

VII - participar da identificação e encaminhamento de alunos que apresentem queixas escolares, incluindo dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou outras que influenciem o seu sucesso escolar;

VIII - participar ativamente do processo de integração escola-família-comunidade, realizando ações que favoreçam o envolvimento dos pais e familiares no processo educativo;

IX - apoiar e subsidiar os segmentos escolares como: Conselho Escolar, Grêmios Estudantis e Associações de Pais e Mestres;

X - participar com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional da identificação das causas que impedem o avanço do processo de ensino e de aprendizagem, e da promoção de alternativas que favoreçam a construção da cultura de sucesso escolar;

XI - realizar ações integradas com a comunidade escolar no desenvolvimento de projetos como: saúde, educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, meio ambiente, ética, cidadania, cultura de paz e outros priorizados pela instituição educacional, visando a formação integral do aluno;

XII - realizar projetos que visem influir na melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO A APRENDIZAGEM

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, no contexto de Educação para Diversidade, constitui-se em apoio técnico-pedagógico especializado com o objetivo de promover a melhoria do desempenho escolar de todos os alunos, com e sem necessidades educacionais especiais, por meio de atuação conjunta de professores com formação em pedagogia e com licenciatura em psicologia ou psicólogo, em um trabalho de equipe interdisciplinar.

São atribuições da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem:

I - refletir e analisar o contexto de intervenção da sua prática, por meio da análise das características gerais da instituição educacional;

II - contribuir, em parceria com os demais profissionais da instituição educacional, para a promoção da análise crítica acerca da identidade profissional dos atores da instituição educacional, principalmente do corpo docente, de modo a resignificar suas atuações;

III - favorecer o desempenho escolar dos alunos, com vistas à concretização de uma cultura de sucesso escolar, por meio de situações didáticas de apoio à aprendizagem e de alternativas teórico- metodológicas de ensino para a construção de habilidades e competências dos alunos;

IV - atuar junto à família e à comunidade escolar de forma preventiva e interventiva, tornando-as co-responsáveis no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO/ SALA DE RECURSOS

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de alunos com altas habilidades/superdotação, e complementa, no caso de alunos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas da educação básica.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, considerando suas necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado deve integrar a Proposta Pedagógica da instituição educacional, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as orientações constantes da legislação vigente e demais políticas públicas.

O atendimento de que trata este artigo é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos da própria instituição educacional regular, ou em outra, no turno inverso ao da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também nos Centros de Ensino Especial.

O professor que atua na Sala de Recursos deverá oferecer orientação e apoio pedagógico aos professores das classes comuns em que os alunos atendidos estejam regularmente matriculados. Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos para alunos cegos, surdos e surdocegos contará, ainda, com a participação de:

I - professor intérprete educacional, para atuação em sala de aula comum em que esteja matriculado o aluno surdo, conforme previsto na estratégia de matrícula;

II - professor guia-intérprete, para atuação junto ao aluno surdo cego;

III - professor itinerante, para atuação junto aos alunos e professores em instituições educacionais que não possuem Sala de Recursos.

Em casos de alunos de que trata este artigo, o Atendimento Educacional Especializado oferece, ainda, o Atendimento Curricular Específico, a ser desenvolvido por profissional devidamente habilitado.

No caso de alunos surdos, além do Atendimento Curricular Específico, é oferecido a Língua Portuguesa como segunda Língua. Para atuação no Atendimento Educacional Especializado, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a área de educação especial, devendo ser encaminhado pelo Coordenador Intermediário da Educação Especial para ser submetido à entrevista de caráter técnico-pedagógico pela unidade de gestão central responsável pela Educação Especial.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos da Educação Especial;

II - elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a

aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da instituição educacional;

V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recurso de acessibilidade;

VI- orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII- ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado serão submetidos à avaliação de desempenho pedagógico por meio de instrumento próprio elaborado pela unidade central de gestão da Educação Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal Especial, com vistas à adequação do profissional à função desenvolvida e à qualidade do processo educacional.

4. Atuação dos jovens educadores sociais

O voluntário dará suporte ao Atendimento Educacional Especializado e após capacitação executará sob orientação e supervisão do profissional da sala de recurso da unidade escolar, atividades de acompanhamento, higiene pessoal e incentivo de estudantes, bem como de outras atividades voltadas para a área de educação especial.

Nossa instituição conta com a colaboração de quatro educadores sociais voluntários, onde os mesmos auxiliam os professores em sala de aula dando suporte aos alunos com necessidades educacionais especiais.

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA
Objetivos e Metas Institucionais

Dimensão	OBJETIVOS
Gestão Pedagógica	o Garantir ao aluno o acesso e permanência na escola priorizando o sucesso da aprendizagem, valorizando todo e qualquer progresso do educando.
	o Conhecer, desenvolver e estruturar conceitos éticos, estéticos, musicais e artísticos.
	o Proporcionar ao educando a alfabetização e o letramento, focando nas competências básicas previstas para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental de 9 anos.
	o Registrar sistematicamente as ações pedagógicas coletivas promovidas na escola.
Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	o Metas 5 e 7 – PDE.
	o Desenvolver o respeito às diversidades culturais, religiosas, sociais e ambientais, valorizando o ser integral;
	o Valorizar o patrimônio sócio cultural e respeitar a sua diversidade.
	o Realizar as devidas adequações curriculares e pedagógicas para atender as necessidades dos ANEE e dos alunos em situação de dificuldade de aprendizagem.
Gestão Participativa	o Fortalecer os vínculos entre escola e comunidade, visando o pleno desenvolvimento do aluno, colocando em prática as diretrizes da gestão democrática.

Gestão Participativa	o Promover Avaliação Institucional periódica.
	o Registrar sistematicamente o dia a dia da escola e as ações promovidas dentro dela em documentos oficiais e internos.
Gestão de Pessoas	o Oportunizar, de forma dinâmica, a formação continuada dos servidores desta Instituição de Ensino.
	o Promover ações que garantam aos servidores a harmonização e a democracia no ambiente de trabalho, respeitando seus direitos e deveres assegurados por lei.
Gestão Financeira	o Empregar corretamente os recursos financeiros, priorizando a participação do conselho escolar representado por todos os segmentos da comunidade escolar;
Gestão Administrativa	o Promover ações que contribuam para a manutenção e a conservação do ambiente escolar de forma sustentável.
	o Promover Avaliação Institucional periódica.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No início da gestão fez-se necessário uma avaliação geral da instituição tendo em vista planejar ações que norteariam o trabalho administrativo/pedagógico em 2012. Esta avaliação foi feita com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, o que nos deu informações necessárias para subsidiar este projeto. Daí seguimos as demais avaliações previstas no calendário escolar:

Avaliação:12/03/2019/-08/05/2019/-29/08/2019-06/11/2019

PROJETOS ESPECIFICOS

-Reconto Ilustrado	- Desenvolver o gosto pela leitura; -Promover a interdisciplinaridade; -Suscitar o lúdico em nossas crianças.	- Alunos, - Professores.	- Ano letivo de 2016 a 2019	- Direção, coordenação, e professores.
-Literatura em Sala	- Desenvolver o gosto pela leitura; -Promover a interdisciplinaridade;	- Alunos.	- Para o ano letivo de 2016 a 2019	- Professores.
-Projeto Reagrupamento	-Favorecer a participação efetiva dos estudantes com diferentes necessidades e possibilidades de aprendizagem.	- Alunos do BIA.	- No decorrer do ano letivo 2016 a 2019	-Direção, coordenadores e professores.
-Projeto Interventivo	- Oportunizar aos alunos, em defasagem idade/série e que estão na etapa III do BIA, desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor visando à alfabetização/letramento dos mesmos.	- Alunos dos 3º anos, 4º e 5º anos.	- Para o ano letivo de 2016 a 2019	-Direção, coordenadores, professores orientador educacional. e

-PROERD	-Prevenir o abuso de drogas e a violência; Ajudar o aluno a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas e a prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las.	- Alunos dos 5º anos.	-1º semestre 2016/ 2017/ 2018/ 2019	- Direção, professores e Polícia Militar do DF.
-Feira Literária	- Despertar nos alunos o interesse pela leitura, pela ciência e pelas artes através de práticas lúdico-pedagógicas e oferta de atividades culturais.	- Alunos, - Professores, -Direção, -Comunidade.	-2º semestre 2016 a 2019	-Professores, coordenadores, apoio, carreira assistência, equipes, alunos e comunidade.
-Festa Junina	-O objetivo principal do projeto é enriquecer o conhecimento da turma quanto aos costumes das festas juninas. Integração comunidade-escola. Isso se dará através de atividades lúdicas e prazerosas, contribuindo para a socialização dos alunos.	- Alunos, - Professores, -Direção, -Comunidade.	-1º semestre 2016 a 2019	-Professores, coordenadores, apoio, carreira assistência, equipes, alunos, comunidade.

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Ocorrerá em três momentos:

- Avaliação diagnóstica — antes da execução — coleta de dados e informações com a finalidade de levantar a situação — problema.

- Avaliação formativa — durante a execução — acompanhamento sistêmico do desenvolvimento das ações. Ocorrerá periodicamente nas coordenações coletivas.

- Avaliação somativa — após a execução — verificar se o projeto atingiu ou não os objetivos propostos, destacando-se os pontos positivos e negativos.

IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. Temas transversais e a estratégias de projetos — São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — 9.394/96 Ministério da Educação, Brasília, 1996.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas: Papyrus, 1995.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. Orientações gerais para o ensino fundamental de 09 anos: Bloco Inicial de Alfabetização — versão revista. Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2006.

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Educação. Currículo da educação básica das escolas públicas do Distrito Federal: ensino fundamental ia a 4a série. 2.ed./Secretaria de Estado de Educação.- Brasília: Subsecretaria de Educação Pública, 2002. 182p.

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 5ª. Ed-Brasília, 2009. 90 p.

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Educação Roteiro para discussão dos Ciclos de Aprendizagem 2013, 1º e 2º Ciclos.

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Educação.Subsecretaria de Educação Básica- Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota ,2011.146p.

GARDIN, Danilo. Temas para um Projeto Político Pedagógico — Petrópolis, RJ. 1999. SILVA, Rinalva Cassiano. Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas — Piracicaba:UNIMEP, 1999.

MARTINS, Mônica Saddy. Cidadania e Educação: Rumo a uma prática significativa, Campinas, SP: Papyrus; Brasília: UNESCO, 1999.

MORAES, Maria Cândida. O Paradigma educacional emergente, Campinas, SP: Papyrus, 1997